



Patrimônio documental do “Norte Pioneiro” do Paraná: história e memória das cidades da região (1890-1975).

JANETE LEIKO TANNO*

Introdução

Este texto faz parte dos resultados parciais de uma pesquisa mais ampla sobre o patrimônio material e imaterial da região do “Norte Pioneiro” do estado do Paraná, desenvolvida no curso de história do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade Estadual do Norte do Paraná- campus Jacarezinho, relacionada ainda aos esforços para a constituição de um centro de documentação vinculado á instituição.

Nele, trato do patrimônio documental da região nordeste do estado do Paraná, denominada “Norte Pioneiro”, entre 1890 a 1975, articulando –o á necessidade de uma revisão da historiografia que escreveu sobre a região e de novas pesquisas diante das exíguas produções relacionadas a esse espaço. Chama-nos a atenção, o descaso com a guarda e preservação da história e da memória da formação do “Norte Pioneiro” e também das cidades que a compõem e a conseqüente perda, irreparável, desse material, indispensável, para a história. Atualmente, a necessidade de preservação do patrimônio cultural do país é algo que mobiliza incontáveis instituições e agentes em diferentes espaços, públicos e privados e é a partir dessa demanda que a pesquisa para identificar, preservar e dar acesso aos documentos dessa região se insere. A escolha dessa região está ligada ao seu processo histórico de colonização iniciada no final do século XIX que, diferentemente das outras áreas do norte do Paraná, a denominada “pioneira”, como o próprio nome sugere iniciou-se antes e mais do que isso, deu-se pelos interesses particulares de grandes latifundiários na implantação de fazendas de café e não pelas ações de empresas como a Companhia de Terras Norte do Paraná/ Cia de Terras Melhoramentos que atuaram em outras áreas da região norte. Nesse sentido, o conhecimento e a preservação do patrimônio documental da região serão de grande valia para se explorar melhor a história do lugar e de suas inúmeras cidades, ampliando

*Doutora em História e professora adjunta da Universidade Estadual do Norte do Paraná.

a historiografia sobre a história do Paraná que sempre privilegiou outras regiões do estado.

Notamos que hoje, mais do que em qualquer outra época, a preocupação com a preservação da memória nacional, das tradições do nosso povo e das mais diversas manifestações culturais do país, é cada vez maior, não somente por parte dos organismos oficiais como também da sociedade civil. Fundar museus, tombar monumentos, formar arquivos, enfim, criar os mais diversos e diferentes lugares de memória parece ser a urgência de todos os países. Se a história da preservação patrimonial no Brasil assinala a preocupação primeira com os bens edificados, isto é, os bens materiais, no final do século XX observamos a ampliação do conceito de patrimônio e o processo de democratização do mesmo a partir da aprovação do decreto-lei 3.551, de 4 de agosto de 2000, que resguarda os bens denominados imateriais ou intangíveis que alcançaram ainda a preocupação com os chamados biopatrimônio e o patrimônio genético.

Essa ânsia pela preservação das mais diversas manifestações culturais – material ou imaterial - dos mais diferentes grupos que compõem a sociedade, pressupõe, entre outras coisas, que as políticas de proteção, rumam em direção a uma maior democratização dos bens patrimoniais e é nesse sentido, que inserimos e iremos discutir a importância do patrimônio documental relativo à história e à memória da região do “Norte Pioneiro” do Paraná, a fim de entender a exclusão a que esta região sempre esteve submetida e no mesmo percurso, inseri-la como parte fundamental da história e da memória da sociedade paranaense.

O levantamento de fontes diversas desta região do Paraná, localizado no nordeste do estado, está cronologicamente situado entre o final do século XIX, período em que passou a ser (re) ocupada por mineiros e paulistas e encerra-se em 1975, ano em que ocorreu a chamada geada negra e que dizimou milhões de pés de café, abalando assim a base econômica do estado e ocasionando a troca da cultura anterior, pela soja, trigo e cana-de-açúcar, além de transformações significativas no campo e a decadência econômica, social e cultural da região, que incidiram em migrações de milhares de pessoas do campo para as periferias das cidades, conformando novos espaços de moradia, convivência e conflitos entre os diferentes setores da sociedade.

Para que possamos entender melhor a discussão sobre a patrimonialização dos documentos e sua importância para a sociedade, iniciaremos com um breve comentário sobre a trajetória da política federal de preservação do patrimônio no Brasil iniciada em 1937.

Política de preservação patrimonial no Brasil

Ao traçar a política do governo federal para a preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil, Maria Cecília Londres Fonseca (2005) focaliza dois de seus momentos fundamentais, o primeiro nos anos 30 (a fase heroica) e o segundo nos anos 70 (a fase moderna), e centra sua discussão nas práticas institucionais realizadas para a construção desse patrimônio e como ao longo desse período os diversos grupos de intelectuais envolvidos nesse trabalho, influenciados pelas mudanças sociais, políticas e culturais e pelas novas tendências internacionais sobre o tema, alargaram a noção de patrimônio e propuseram mudanças significativas no sentido da democratização desses bens, não somente pelo envolvimento da sociedade civil no processo, como na discussão do significado econômico e político da preservação.

A política federal de preservação no Brasil efetiva-se nos finais dos anos 30, mais especificamente, com o decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937, que regulamenta a proteção dos bens culturais no país. O artigo 1º desse decreto afirma que:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja preservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (DECRETO-LEI N.º25, DE 30/11/1937).

Como podemos perceber, tal noção de patrimônio privilegiava a herança lusobrasileira, restringindo-se, principalmente, às expressões culturais e arquitetônicas das elites econômicas e religiosas. Nessa primeira fase de trabalho do Serviço do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), os tombamentos privilegiaram, em especial, igrejas e prédios do período colonial, prevalecendo uma apreciação de caráter estético, sendo que o valor histórico era pouco considerado. Além disso, o instrumento de legitimação das escolhas era a autoridade dos técnicos do Sphan, revestidos da aura intelectual que cercava o grupo de modernistas que fazia parte da instituição.

Fonseca (2005) salienta que, nesse primeiro momento, tal grupo de intelectuais desenvolvia suas atividades com grande autonomia no interior do Ministério da Educação e Saúde, a despeito de atuar em plena ditadura do Estado Novo. Demonstrativo, portanto, de que a questão do patrimônio não ganhou significação político-ideológico durante o governo Vargas.

De acordo com a autora, na segunda fase do Sphan, (período renovador) tal quadro irá se alterar, não só devido á aposentadoria de Rodrigo M. de Andrade, mas também porque o contexto político, social e cultural era outro. A partir dos anos 1950-1960, a ideologia do desenvolvimentismo exigiu que os responsáveis pelo órgão desenvolvessem novas diretrizes de atuação, aliando valor cultural e valor econômico aos bens culturais, com maior participação dos governos estaduais.

Iniciada nos anos 70, a descentralização dos órgãos responsáveis pela preservação foi se efetivando com o crescimento das secretarias de cultura e dos órgãos estaduais e municipais de preservação. Ao trabalharem com as preocupações de ordem local, não somente estabeleceram outra dinâmica e outro sentido para a preservação dos bens como sua exploração econômica. Outro avanço na política do patrimônio é realizado em meados dos anos 1970, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), organizado fora do aparelho do Estado e com preocupações bem mais abrangentes do que a proteção dos bens patrimoniais das elites luso-brasileiras, como explicita a ideia de bem cultural, formulada pelo Centro. Com este, o fazer popular passou a ser percebido pela sua capacidade de gerar lucros e desenvolvimento, além do seu valor histórico e cultural. Nesse âmbito, tem-se a proposta de democratização da política cultural com a elaboração do documento, *Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC (1981)*, no qual os agentes institucionais colocavam a urgência de se considerar as necessidades culturais, econômicas e políticas dos excluídos, assim como sua participação na produção e preservação do patrimônio cultural.

Esse projeto, ainda que pouco tenha se efetivado, encaminhou tal questão, posteriormente, para a vinculação da questão cultural aos direitos de cidadania. O exemplo mais significativo da urgência desse debate como uma das formas de assegurar o pleno direito à memória e, portanto, à cidadania é o livro *O Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania* (1992) que resultou do evento promovido pelo Departamento de Patrimônio Histórico da cidade de São Paulo.

A democratização dos bens patrimoniais e artísticos de um país envolve inúmeros aspectos, dentre eles uma maior participação da sociedade na produção desses bens, a garantia da preservação da memória dos mais diversos grupos sociais e não somente das elites, o respeito à autonomia das práticas populares, o direito de acesso aos bens culturais etc. Além disso, para Fonseca,(2005) deve-se considerar tais bens sob o ponto de vista da sua recepção ensejando uma discussão do tema como política pública. Portanto, as formas e as condições de recepção desse universo simbólico por parte dos mais diferentes grupos sociais é fundamental, visto que a maneira como o espectador vê e resignifica os bens patrimoniais é que irá lhe despertar o sentido da preservação e contribuir para isso.

A democratização da política de preservação pode ser observada ainda no alargamento da noção de patrimônio e nos títulos dos livros de registro, estabelecidos pelo decreto-lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial. Nele, tem-se a ampliação dos bens patrimoniais especificada nos títulos dos livros de registro: 1) Livro de registro dos saberes; 2) Livro de registro das Celebrações; 3) Livro de registro das formas de expressão; 4) livro de registro dos lugares.

Diante de tal quadro de avanços e discussões do patrimônio cultural do país, é legítima a preocupação de identificar, reunir, guardar e disponibilizar o patrimônio documental relativo á história e á memória da região nordeste do Paraná, o chamado “Norte Pioneiro”, antes que ele se perca pelas ações do tempo, pelo furor das traças, pelo esquecimento e também pela imposição hegemônica de uma memória única.

Corroborando a importância que deve ser dada ao patrimônio documental, numa perspectiva mais ampla, lembramos o Programa Memória do Mundo lançada pela Unesco em 1992 e que busca a identificação, a preservação e a acessibilidade do

patrimônio documental mundial. Nesse sentido, no documento Memória do Mundo-Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental, (2002:9), afirma-se:

A Memória do Mundo é a memória coletiva e documentada dos povos do mundo – seu patrimônio documental- que, por sua vez, representa boa parte do patrimônio cultural mundial. Traça a evolução do pensamento, dos descobrimentos e das conquistas da sociedade humana. É o legado do passado para a comunidade mundial presente e futura. (grifos do autor).

No Brasil, a preocupação com a salvaguarda do legado passado para as gerações futuras, nem sempre foi muito presente nas políticas dos vários governos nos seus mais diversos níveis de atuação, porém, tal situação começa a mudar a partir de meados dos anos 1980 com a constituição de arquivos e centros de documentação, em especial nas universidades públicas. Lembro ainda a experiência de constituição do CPDOC que servirá de fomento para o surgimento de inúmeros outros arquivos e afins.

Apesar dessas iniciativas, o estudo de Talita Molina (2013) sobre a patrimonialização dos arquivos privados com base nos processos e inventários oriundos do CONDEPHAAT, IPHAN e Conarq, indica claramente que as duas primeiras instituições pouco fizeram para preservar o patrimônio documental brasileiro. Segundo Molina,

No que se refere aos processos estudados nos órgãos de preservação, como o IPHAN e o CONDEPHAAT, a quantidade reduzida de processos e seu espaçamento no tempo indicam que as ações desses órgãos quanto ao patrimônio documental eram residuais. E sem dúvida, a identificação de um número tão pequeno de processos relativos a acervos arquivísticos propõe questões sobre o lugar destes bens no interior das políticas de preservação do patrimônio nacional. O número de arquivos tombados é ínfimo, mesmo se considerarmos os avanços da questão na legislação, nas últimas décadas (MOLINA, 2013:168-169).

Molina (2013) esclarece que o IPHAN, entre 1937 e 2009, tombou 1.047 bens e destes somente 03 (três) são relativos a arquivos privados. Em relação a atuação do CONDEPHAAT, entre os séculos XVI e XX, dos 385 bens tombados, somente 03 (três) dizem respeito a arquivos do mesmo tipo.

Com a criação da lei n. 8159 de janeiro de 1992, que criou o Conarq e que estabeleceu uma política nacional de arquivos públicos e privados, foi possível a partir do instrumento “declaração de interesse público e social”, buscar a salvaguarda do

patrimônio documental público e privado no país. Nessa perspectiva, Molina (2013) indica que este órgão teve uma atuação mais efetiva em relação a patrimonialização de arquivos privados, visto que, apesar de ser a instituição mais nova em relação às outras, aprovou como de interesse público e social, 17 arquivos privados.

Como podemos perceber a questão da patrimonialização dos arquivos privados ainda necessita de ampla divulgação e discussão sobre sua importância para as Ciências humanas em geral e para a história, em particular. Nessa perspectiva, esta pesquisa pode contribuir para chamar a atenção sobre as reflexões necessárias sobre este assunto que envolve especialistas de diferentes áreas como patrimônio, arquivologia, história e museologia. Enfatizamos ainda que mesmo em relação à documentação proveniente de órgãos públicos, ainda há muito por se fazer, em especial, na esfera municipal.

Em um primeiro levantamento realizado junto às prefeituras de algumas cidades da região nordeste do Paraná ou “Norte Pioneiro”, confirmamos que nenhum possui um arquivo municipal, indicando claramente, o descaso do poder municipal com os documentos provenientes das suas administrações, assim como o descaso do poder público estadual com a região, cuja denominação de “Norte Pioneiro” ou “Norte Velho”, já indicam o lugar dessa região no mapa político do governo do estado. A questão da divisão da região norte do estado do Paraná merece ser lembrada, ainda que de forma sucinta.

Aqueles que pela primeira vez se defronta com a história do estado, impressionam-se com a divisão realizada, por parte da historiografia, em relação à região norte do Paraná e que está diretamente ligada ao seu processo de (re)ocupação desde meados do século XIX e a disputas políticas por uma memória vitoriosa, de grandeza e progresso.

A historiografia tradicional divide –a á partir de seu processo de (re)ocupação em três grandes espaços, a saber: norte velho ou pioneiro, norte novo e norte novíssimo. A região do “Norte Pioneiro”, como o próprio nome indica foi a primeira a ser colonizada por mineiros e paulistas, sendo que esta passou a cultivar café a partir dos anos finais do século XIX, adentrando o século seguinte, no qual nas três primeiras décadas era a região mais produtora do estado. Após esse período foi ultrapassada pelo Norte Novo, colonizada por meio das ações da Companhia de Terras Norte do

Paraná/Cia Melhoramentos do Paraná. A última área é o Norte Novíssimo que até os anos 1950 já tinha sido ocupada (WACHOWICZ, 2001).

Tal divisão, criticada por Nelson Tomazi (1997), como prolongamento do discurso “norte do Paraná” foi visto por ele como uma construção ideológica que justificava a (re)ocupação dessa região que, segundo a elite e o governo estadual, se expressava como um vazio demográfico e, portanto, passível de ser explorada pelos fazendeiros, sitiantes, posseiros, etc, no processo capitalista de venda e produção da terra, desconsiderando os nativos, os primeiros habitantes como os Caingangues e Xetás que foram dizimados no processo de (re) ocupação. Ainda como parte deste discurso “norte do Paraná”, Tomazi critica ainda a versão que afirma que a (re) ocupação do norte do Paraná pelos paulistas no início do século XX, deu-se como um prolongamento natural da colonização realizada pelos paulistas em seu estado. Segundo ele,

(...) a expansão da cafeicultura e a (re)ocupação da áreas para a exploração agropecuária se dá de modo concomitante na região em estudo e nas regiões consideradas vazias para o capital em São Paulo, questionando assim a ideia tão difundida e reiterada que a ocupação do norte do Paraná foi uma extensão da cafeicultura paulista (...) (TOMAZI, 1997:167)

Portanto, grandes latifundiários e investidores paulistas encontraram na região do norte do Paraná boa oportunidade de enriquecimento na compra de terras, na formação de cafezais e de loteamento de áreas para vendas a imigrantes estrangeiros e nacionais, tendo em vista que as terras no Paraná eram férteis e mais baratas.

Entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX, grandes fazendeiros paulistas estabeleceram-se na região nordeste do estado, o chamado “Norte Pioneiro”, assim como pequenos e médios sitiantes iniciando a formação de núcleos urbanos, povoando a região e assim articulando as relações de amizade e de compadrio na construção de redes de relações econômicas e políticas. Nesses aspectos importa perguntar: quais são as histórias das cidades da região e de suas práticas políticas? Além das histórias dos grandes latifundiários, como se fez a história dos outros ocupantes da região? Como foram estabelecidas as relações econômicas, políticas e sociais entre os

diferentes setores da sociedade? Eram conflituosas, ou havia certos acordos favorecendo a todos? Quais foram as mudanças e as permanências em relação a práticas políticas e sociais ao longo da história do “Norte Pioneiro”?

Ainda que haja uma historiografia que responda, parcialmente, a essas questões, estranha-se que poucos estudos tenham sido realizados sobre a história da região e das suas cidades. Nesse sentido, esta pesquisa visa em primeiro lugar, identificar documentos, organizar e disponibilizá-los e concomitantemente, procurar responder a essas questões com um novo olhar sobre a documentação disponível.

A fim de viabilizar isso, privilegiaremos apenas uma parte do chamado “Norte Pioneiro”, e a partir da sugestão de Tomazi tomaremos também a divisão feita pelo IBGE que é a de mesorregião e microrregião. Assim sendo, temos a mesorregião do Norte Pioneiro, composta por 05 (cinco) microrregiões: a microrregião de Assaí, de Cornélio Procópio, de Jacarezinho, de Ibaiti e a de Wenceslau Braz. Dentre estas, focaremos, em um primeiro momento, na microrregião de Jacarezinho, formada pelas cidades de Barra do Jacaré, Cambará, Jacarezinho, Jundiá do Sul, Ribeirão Claro e Santo Antônio da Platina (IPARDES, 2015).

Serão a partir dessas 06 cidades inseridas na microrregião de Jacarezinho, que os primeiros levantamentos acerca dos documentos relativos à formação de cidades e povoamento da região estão sendo realizados. A guarda de todo o material ficará a cargo do Centro de Documentação e Pesquisa da Universidade Estadual do Norte do Paraná que, apesar de incipiente, já conta com três fundos: o periódico *Jornal de Jacarezinho* (1950-1970), um acervo bibliográfico doado por um fazendeiro da região com cerca de 15 mil exemplares referentes às ciências humanas e o arquivo do bispado de Jacarezinho que contem séries de periódicos religiosos, documentos referentes à administração da Mitra Diocesana e de dois seminários que existem na cidade. Além disso, já foram iniciados o levantamento e recolhimento de documentos referentes a fazendas de café da cidade de Ribeirão Claro e Cambará.

Outras fontes encontradas são diversas e inscritas em vários suportes. Nesse sentido, há documentos administrativos como livros caixa, fotos antigas, álbuns, cadernos de anotações, memórias, etc. Além disso, já realizamos algumas entrevistas de

história oral dos remanescentes das famílias proprietárias e antigos colonos, moradores das fazendas e sitiantes.

A preocupação com a identificação e guarda dos documentos relativos à história da região, está relacionada à sua preservação e, principalmente, a sua disponibilização a todos os interessados, fazendo com que a reunião de todo esse material disperso propicie pesquisas diversas nas escolas de educação básica, graduação e pós-graduação, enfim, que o acesso seja aberto a toda a sociedade local, regional e nacional, democratizando esse patrimônio que antes estava em mãos de particulares, de familiares e instituições.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio**- ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense 1900-1970**. Curitiba, GRAFIPAR, 1981.

CAMARGO, Célia Reis. Centro de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. In: **CPDOC: 30 anos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

EVANGELISTA, Luciana de Fátima M. **O artista e a cidade. Eugênio de Proença Sigaud em Jacarezinho (1954-1957)**. 2012. Dissertação (mestrado em história social). Universidade Estadual de Londrina.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC-IPHAN, 2005.

IPARDES. Instituto Paranaense de desenvolvimento Econômico e Social. http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_parana.pdf

MOLINA, Talita dos Santos. Arquivos privados e interesse público. Caminhos da patrimonialização documental. **Acervo**, RJ.,v.26,n.2, julh/dez.2013, p. 160-174.

PAULA, Zueleide Casagrande de et all(orgs.). **Polifonia do patrimônio**. Londrina: Eduel, 2012.

SANTOS, José Reginaldo dos Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio**. RJ, 2007.

São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo:DPH, 1992.

SILVA, Zélia Lopes da. Os desafios dos lugares de memória: o CEDAP em discussão in: PAULA, Zueleide Casagrande de et all(orgs.). **Polifonia do patrimônio**. Londrina: Eduel, 2012.

SILVA JR. Alfredo Moreira. **Catolicismo, poder e tradição: um estudo sobre as ações do conservadorismo católico brasileiro durante o bispado de D. Geraldo Sigaud em Jacarezinho (1947-1960)**. Assis, 2006. Dissertação (mestrado em história). Faculdade de Ciências e Letras- UNESP.

TOMAZI, Nelson Dácio. “**Norte do Paraná**” . **História e fantasmagorias**. Tese de doutorado (História). UFPr, 1997.

UNESCO. **Memória do mundo. Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental**. 2002. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 9º edição, Curitiba:Imprensa oficial do Paraná, 2001.